

NOTIFISCO

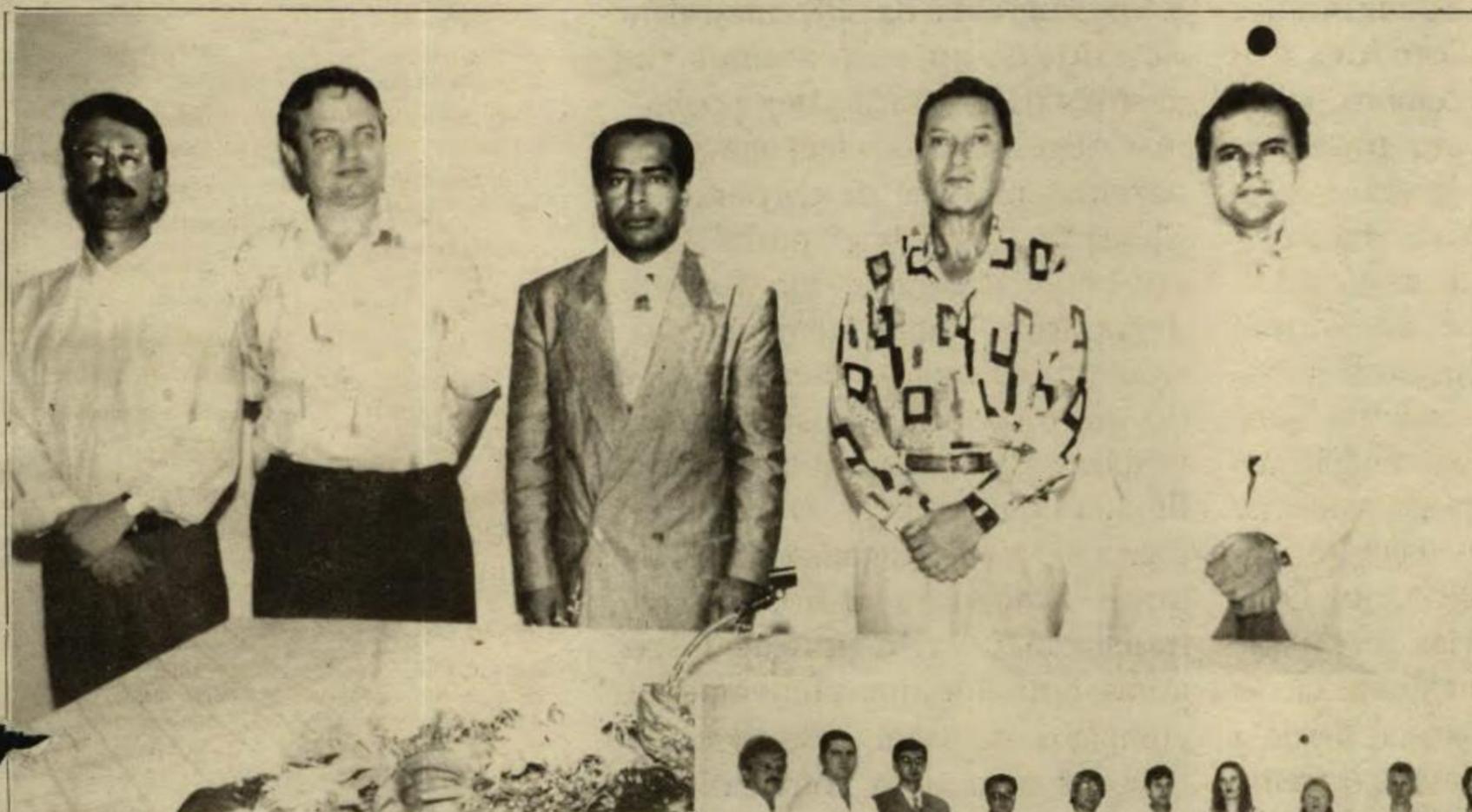
AFFEP

SAFITE

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ÓRGÃO INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO DO PARANÁ E DO SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

Posse da nova Diretoria da AFFEP



Diretoria Executiva da AFFEP

Roberto Ap. Piekarczyk - 1º Secretário
Roberto Pizzatto - 2º Vice-Presidente
Fernandes dos Santos - Presidente
Ary José de Andrade - 1º Vice-Presidente
José Gonzales Gusman - 2º Secretário



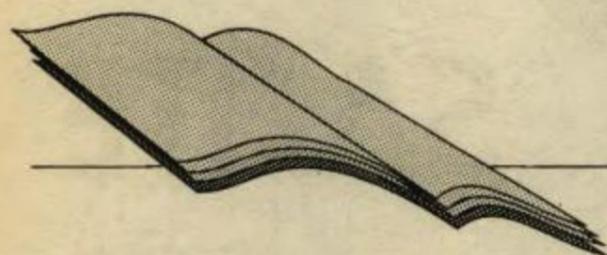
Membros do conselho deliberativo: Osmar de Araujo Gomes, Agenor Carvalho Dias, Carlos Emil Kahali, Milton Luiz Oliveira, Hano Fugisawa, Luiz Carlos Zottis, Elizete G. Crispim, Marinês Cortellini - Sec. do Conselho, Florivaldo Galisteu - V. Pres. Conselho, Dimas Soares - Pres. do Conselho, Jamil Raimundo, Luiz Ant. Guarise, Miguel Antonio Ramos



Novo Diretor da CRE

Comparecimento de altas autoridades, lideranças Classistas e Agentes Fiscais, marcam a posse do Sr. Reni Atayde Pires, como novo Diretor da Cordenação da Receita do Estado.

Roberto Ap. Piekarczyk - Pres. SAFITE, Reni Atayde Pires - Diretor CRE, Fernandes dos Santos - Pres. AFFEP



EDITORIAL

A partir de 15 de janeiro de 1995, começou uma nova fase na representação Classista dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná. Tomou posse na Diretoria Administrativa da AFFEP., o Sr. Fernandes dos Santos, eleito em setembro passado, juntamente com toda sua Diretoria. Pretende-se que a AFFEP., atue efetiva e decisivamente na defesa dos associados, tanto na parte social, sua função precípua, quanto na área trabalhista, em apoio ao Sindicato. Urge a aplicação dos recursos financeiros da AFFEP., nas áreas de carência, fazendo retornar aos usuários, em forma de benefícios, as contribuições estatutárias e receitas operacionais. O presidente eleito iniciou-se na luta classista, desde a época de seu ingresso na carreira. Isso o credencia para o grande objetivo da classe fiscal, no que diz respeito à sua representação, que é a aproximação e trabalho conjunto com o Sindicato. Somos uma Classe relativamente pequena que não pode dar ao luxo de divisões entre seus representantes, gerando interesses às vezes contrários aos anseios da Categoria. Igual perfil tem o Presidente do Sindicato, Sr. Roberto Aparecido Piekarczyk, defensor da Classe desde os primeiros dias de Agente Fiscal. Juntos SAFITE e AFFEP., haveremos de mudar o relacionamento com a Administração da CRE., principal-

mente agora com as mudanças em virtude do novo Governo. As duas Entidades serão intransigentes na defesa dos direitos e aspirações do Corpo Funcional da CRE., mas, além de críticas, apresentaremos sugestões para solução dos problemas. Sugestões essas legítimas, pois nascidas na base da corporação. Chega do "jogo de empurra", que até então vigorava. Nas futuras negociações com a Administração, estarão lá os dois Presidentes, falando em uníssono a respeito dos problemas, cada qual titular na área de sua competência. O que precisamos é atacar os grandes desafios que a função fiscal nos impõe, transformado a Instituição Fisco numa Entidade que efetivamente cumpra o seu papel, o de arrecadar tributos para arcar com a dívida social, sem esquecer de premiar os responsáveis nessa captação de recursos. O que precisamos é de modernidade, ir buscar exemplos onde se possa achar, em contrapartida ao comodismo, tão característico do brasileiro. Essa premissa o Presidente do SAFITE vem aplicando desde sua posse e pelas primeiras atitudes do novo Presidente da AFFEP., isso não será diferente. Temos que valorizar a Classe Fiscal, motivando-a cada vez mais a cumprir o seu papel, que não é o de simples empregado do Governo e sim parte da estrutura do Estado.

Expediente

SAFITE

DIRETORIA

Presidente

Roberto A. Piekarczyk

1º Vice-Presidente

Divaldo de Andrade

2º Vice-Presidente

Fernandes dos Santos

1º Secretário

Limi Oikawa

2º Secretário

Júlio Cesar Michelato

1º Tesoureiro

Mauro S. Michelin

2º Tesoureiro

Agenor Carvalho Dias

CONSELHO FISCAL

Titulares

Reginaldo de França

Cleto Tamanini

Juan Reche Garcia

Suplentes

Benedito A. Tuponi

Luiz Fernandes de Paula

Paulo Yamamoto

COMISSÕES SINDICAIS

Coord. da Rec. do Estado - CRE

João Carlos Parra

Carlos H. F. Wallbach

Luiz Antônio Guarise

1º DRR

José Gonzales Gusman

Plínio Rogério Buseti

Zeila Lúcia N. Prestes

Nelson R. de Oliveira

Paulo Issamu Utine

3º DRR

Bertolino da Silva

Cesar Augusto Konart

Genesare Meister Martins

5º DRR

Ditmar Antonio Back

Gilson L. R. do Valle

Maurício J. Resende

6º DRR

Alberto Bernardi

Milton Luiz Oliveira

Edson Luiz Turim

Marcelo Miranda Chavalier

Shiguero Marisau

9º DRR

Elizete G. Crispim

Nelson Hidetoshi Horita

Pedro Sanchez

Rildo José R. Políceno

11º DRR

Wladimir C. Silvestre

João Almir Celezinsky

Carlos Emil Kahali

13º DRR

Luiz Carlos Macoris

Eliseo Luiz Muraro

Marli Kuren Baratter

14º DRR

Adelino José Kroetz

Andrei Gomes de Almeida

Clarimont Trisoto

AFFEP

DIRETORIA

Presidente

Fernandes dos Santos

1º Vice-Presidente

Ary José de Andrade

2º Vice-Presidente

Roberto Pizzato

1º Secretário

Roberto Aparecido Piekarczyk

2º Secretário

José Gonzales Gusman

1º Tesoureira

Eloyna da Costa Riekens

2º Tesoureiro

Eduvaldo Gusmão dos Anjos

Diretor de Esportes

Giancarlo S. de A. Torres

Diretor de Patrimônio

Marcos Liebel

Diretor Departamento Médico

Douglas F.S. de Macedo

Diretora Social

Geny Landolfi

Diretor do departamento dos aposentados

Ary José de Andrade

CONSELHO DELIBERATIVO

01 - Osmar de Araújo Gomes

02 - Agenor Carvalho Dias

03 - Dimas Soares

04 - Marinês Cortellini

05 - João Ney Marçal

06 - Arlindo José Clivatti

07 - Milton Luiz Oliveira

08 - José Nivaldo Saconatto

09 - Miguel Antônio Ramos

10 - Elizete G. Crispim

11 - Haruo Fugisawa

12 - Claudio N. de Sá Filho

13 - Carlos Emil Kahali

14 - Jamil Raimundo

15 - Benedito A. Tuponi

16 - Edison E. Lopes

17 - Plínio Luiz Faedo

18 - Luiz Carlos Zottis

19 - Luiz Antônio Guarise

20 - Florivaldo Galisteu

CONSELHO FISCAL

01 - Mauro Sérgio Michelin

02 - Reginaldo de França

03 - Vardeci Bertaglia

Conheça seus representantes nas Entidades Classistas

FERNANDES DOS SANTOS, brasileiro, paranaense, nascido em 29/01/1962, natural de Diamante do Norte, Estado do Paraná, casado com a Sra. Alice S. Iida, tem uma filha Aline Iida Santos, formado em Ciências Contábeis, pela Faculdade de Paranavaí, iniciou suas atividades fiscais em 05/07/1985, no Posto Fiscal Pontal do Tigre, atualmente é AF-2-A-IV, tendo recentemente transferido residência para Curitiba.

ATIVIDADES NO FISCO: - Chefe do P.F. Ezequias Leme de Carvalho; - Chefe da A.R. de São João do Caiuá; - membro da Comissão Classista que elaborou a Resolução de Quotas; - tendo sua última lotação na IRF da 9ª DRR. em Maringá, removida para Curitiba.

ATIVIDADES CLASSISTAS: - Presidente da AFFEP. para a gestão 95/96. - Vice Presidente da ASSFEPA - Associação Regional dos Fiscais de Paranavaí; - Vice-Presidente da AFFISMAR - Associação Regional dos Fiscais de Maringá, tendo exercido a Presidência durante o período de 01 ano; - Membro do Conselho Deliberativo da AFFISMAR, na gestão 94/95; - Suplente do Conselho Deliberativo da AFFEP., na gestão 89/91; - Titular do Conselho Deliberativo da AFFEP., na gestão 92/94; - Membro fundador do Sindicato; - Tesoureiro da Comissão Sindical da 9a. DRR. Maringá, na gestão 91/93; - Vice-Presidente do SAFITE, na atual gestão 94/96).

ROBERTO APARECIDO PIEKARCZYK, brasileiro, paranaense, nascido em 05/02/1956, natural de Mandaguari, Estado do Paraná, Capital do Sul do Mundo, casado com a Sra. Suzana Guesso Piekarczyk, tem um filho Victor Hugo Guesso Piekarczyk, formado em Administração de Empresas, com pós graduação em Ciências Contábeis e especialização em Auditoria, pela Faculdade Católica de Administração e Econômica-FAE. de Curitiba, iniciou suas atividades fiscais em 10 de junho de 1985, no Posto Fiscal Querubino Panfilo da Silva, atualmente é AF-2-B-IV., residindo em Curitiba desde 1976.

ATIVIDADES NO FISCO: Chefe do P.F. Querubino P. da Silva; - Chefe da A.R. de Tijucas do Sul; - Caixa das A.R. de Campo Largo e São José dos Pinhais de 87 a 89; - apoio da IRF da 2a DRR; - Inspetor de Fiscalização substituto da 2a. DRR; - Chefe do Setor de Postos Fiscais e Volantes da 1a. DRR; - apoio da IRF da 1a. DRR.

ATIVIDADES CLASSISTAS: - Presidente do Sindicato para a gestão 93 a 96. - Membro da Comissão dos novos AF-3, turma 85; - Membro da Comissão da reforma estatutária da AFFEP; - Chefe do Departamento de Relações Inter-Classes da AFFEP. na gestão 89 a 91; Membro Fundador do Sindicato; - Secretário da AFFEP. Regional Curitiba; Membro do Conselho Fiscal do Sindicato, na gestão 91/93; Secretário da AFFEP. na atual gestão (95/96).

Fundo de reequipamento do Fisco - Funrefisco

Em 1994 foi aprovada na Assembléia Legislativa do Estado, a Lei 10.898/94, encaminhada por iniciativa do Poder Executivo, que cria o Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco. Referido Fundo tem por objetivo prover recursos para despesas de capital da Coordenação da Receita do Estado. Os recursos advirão de 50% (cinquenta por cento) do valor das multas, juros e correção monetária, incidentes sobre os impostos Estaduais. No mesmo ano, através do Decreto n. 4526 de 30.12.94, referida Lei foi regulamentada, para aplicação já em 1995. Conforme informações do Diretor Geral da SEFA., os valores do Fundo para este ano já se acham incluídos no orçamento, portanto, passíveis de serem utilizados.

A efetivação desse Fundo será, sem dúvida alguma, a solução para os problemas de falta de recursos na Instituição Fisco. Órgão que arrecada os Tributos, responsáveis pela manutenção do Estado, a C.R.E. não dispunha de recursos financeiros para fazer frente às suas necessidades. Vivemos uma época de transformações, o mundo caminha para modernidade. A informática, por exemplo, está disseminada em todos os ramos de atividade, principalmente no meio empresarial. Os Agentes Fiscais não dispõem de recursos técnicos e materiais para acompanhar essa modernização empresarial. Esperamos que os recursos do FUNREFISCO, sejam utilizados para atender as finalidades precípuas, inadiáveis da nossa função.

A correta aplicação dos recursos do FUNREFISCO, possibilitará a melhoria das condições de trabalho e, por conseguinte, o aumento da arrecadação, pois investimentos no Fisco não podem ser vistos como despesas e sim investimentos.

Parabéns àqueles que, direta ou indiretamente, participaram para a concretização do FUNREFISCO, fica o nosso reconhecimento.

Resta eleger-se, de início, em quais setores ou itens, serão aplicados esses recursos. Nesse ponto a Categoria pode colaborar, de forma efetiva e indispensável, pois são os Agentes Fiscais que sentem no desenvolvimento do seu trabalho, no dia a dia, as deficiências, que são variadas e dinâmicas.

O Artigo 3º da referida Lei, determina que o FUNREFISCO será administrado sob a presidência do Diretor da C.R.E., e composto por mais três Agentes Fiscais. Conhecedores que somos dos propósitos do Sr. Governador, em mostrar transparência e acesso aos envolvidos, em todos os setores e ações do Governo, seria de bom alvitre que o Sr. Secretário da Fazenda, concedesse o direito de as Entidades Classistas (Sindicato e Associação), indicarem um Membro para o Conselho Diretor do FUNREFISCO. Isso daria uma grande agilidade à aplicação dos recursos, nas áreas de real e efetiva necessidades. Fica registrado o pleito.

Atenção agentes fiscais economistas

O Conselho Regional de Economia, 6ª Região - Pr., está atuando os Agentes Fiscais formados em Economia, sob a seguinte alegação: **“Exercer atividades de Economista sem o devido registro neste Conselho Regional de Economia”**.

O Auto de Infração nomeia como infringido: “a Lei 1411 de 13.08.1951, com a redação dada pela Lei n. 6021 de 03.01.1974, em seu artigo 14º., Decreto 31.794/52 e Lei Estadual 7832/84”. A lei pertinente aos Funcionários Públicos Estaduais é a de n. 7832/84, que na verdade é um Decreto e diz em seu artigo 1º o seguinte: **“O ingresso no exercício de cargos, empregos ou funções da administração direta e indireta do Estado, para os quais é exigida qualificação profissional de nível superior será precedido de comprovação do registro no Conselho Regional e demais órgãos de fiscalização profissional correspondente à respectiva qualificação”**.

Vários Colegas já receberam o referido Auto de Infração, infringindo os mesmos dispositivos. De posse de um desses Autos, consultamos um advogado da área administrativa, o qual acha a atuação desprovida de qualquer embasamento legal. Em primeiro lugar porque os Agentes Fiscais Economistas não exercem a atividade de Economista, em segundo lugar porque a Constituição Federal, em seu artigo 5º., item XX, reza: **“ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado”**.

Com base nesses e outros argumentos, o advogado preparará uma defesa “padrão”, a nível administrativo. Essa defesa, brevemente estará à disposição dos interessados na sede do Sindicato, a qual será apresentada ao Conselho Regional de Economia e, em caso de insucesso, entraremos na via judicial.

Portanto, fiquem atentos e no caso de receber essa notificação, contatar o Sindicato imediatamente.

FINALMENTE A C.R.E. TEM NOVO DIRETOR

O Secretário de Estado da Fazenda, Professor MIGUEL SALOMÃO, deu posse ao novo Diretor da Coordenação da Receita do Estado, em concorrida sessão, que teve lugar no auditório do prédio da Secretária, no dia 23 de fevereiro do corrente, às 09:00 horas.

O Novo Diretor da C.R.E., é o colega Agente Fiscal RENI ATAYDE PIRES, natural de Santiago, Estado do Rio Grande do Sul, sendo casado com a Sra. Doraci Maria Guerra Pires, pai de duas filhas, é formado em Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Finanças, pela Faculdade de Administração e Economia do Paraná, foi admitido como Agente Fiscal em 1980, através concurso público e já ocupou diversas funções administrativas e classistas, e até aquela data, ocupava o cargo de Assessor da Inspeção Geral de Fiscalização.

A posse foi uma demonstração de apoio ao novo Diretor, por parte da categoria e de altas autoridades do Governo. Estiveram presentes, o Secretário da Fazenda, Professor Miguel Salomão, o Diretor Geral da SEFA, Sr. Norton José Siqueira Silva, o Secretário de Estado da Administração, Sr. Reinhold Stephanes Junior, o Secretário de Estado da Justiça, Sr. Edson Luiz Vidal Pinto, o Diretor Presidente do IPARDES, Sr. Romar Teixeira Nogueira (Agente Fiscal aposentado), o representante da Promotoria Pública, Sr. Carvilio da Silveira Filho, o primeiro e segundo secretários da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputados Luiz Carlos Martins e Nelson Garcia, os vereadores Borges dos Reis e Marcos Isfer, atualmente Diretor do DETRAN, os Presidentes do SAFITE e AFFEP, Srs. Roberto Aparecido Piekarczyk e Fernandes dos Santos, além de aproximadamente 150 Agentes Fiscais da Capital e Interior.

Em seu discurso o Secretário da Fazenda destacou que a arrecadação de Tributos é uma missão técnica, com alta voltagem política, já que é através dos impostos que são garantidos recursos para educação, saúde, etc. e neste Governo, quando o compromisso é realizar os projetos maiores da coletividade, ela se torna ainda mais importante.

O colega Reni reforçou, através de suas palavras, os objetivos que terá à frente da C.R.E.: - aumentar a arrecadação; valorizar e aprimorar o quadro de pessoal; utilizar instrumentos técnicos e equipamentos para melhorar a qualidade e agilidade do trabalho fiscal; melhorar as instalações dos prédios da Receita do Estado; aper-

feiçoar as rotinas e procedimentos fisco/administrativos. Segundo o novo Diretor é necessária uma efetiva atuação na área de pessoal, objetivando dar melhores condições de trabalho; e investimentos na capacitação técnica dos Agentes Fiscais, bem como buscar o comprometimento dos servidores com as metas estabelecidas pela Administração Fazendária, criando condições favoráveis e motivação.

O novo Diretor ressaltou, ainda, a necessidade de "resgatar a imagem do Fisco Estadual perante a sociedade paranaense", e isso será feito através do aperfeiçoamento e ampliação dos sistemas de informatização, aquisição de equipamentos imprescindíveis, aprimoramento de tarefas, redução de prazos de atendimento e filas de espera e, finalmente, implantar um "Programa de Qualidade Total", buscando a eficiência esperada para a Instituição.

As metas estabelecidas pelo Diretor, estão em perfeita sintonia com os objetivos proferidos no discurso do Secretário da Fazenda.

Após a cerimônia de posse, o novo Diretor, Sr. Reni Atayde Pires, compareceu a um almoço de confraternização, por adesão, no restaurante Madalosso, onde estiveram presentes, aproximadamente 100 Agentes Fiscais, ficando demonstrada, mais uma vez, o apoio da Classe, à indicação do mesmo, para Diretor da CRE.

DISCURSO PROFERIDO PELO PRESIDENTE DO SINDICATO, SR. ROBERTO APARECIDO PIEKAR- CZYK, NA POSSE DO NOVO DIRETOR DA C.R.E.

"EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTAD-
DO DA FAZENDA

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR GERAL

ILUSTRÍSSIMO SENHOR DIRETOR DA C.R.E.

AUTORIDADES AQUI PRESENTES

COLEGAS AGENTES FISCAIS

Este é um momento muito importante e feliz para este Presidente e para toda a Categoria Fiscal.

Assumimos a Diretoria do Sindicato em fevereiro de 94, com muitas dificuldades e grandes desafios, mas fomos superando os problemas e vislumbrando um grande horizonte. Tínhamos pela frente a eleição do novo Governador e aí residia a grande esperança.

A Classe Fiscal recebeu com muito júbilo a eleição, já em primeiro turno, do Sr. Jaime Lerner, para gerir os destinos do Paraná.

Sabíamos das idéias inovadoras professadas durante a

campanha, inclusive com menção específica dos Agentes Fiscais.

A eleição do Sr. Jaime Lerner, representou o rompimento do "statu-quo" que imperava no Paraná há mais de uma década, refletindo a expectativa do Povo Paranaense e também da família fazendária, em efetivas e profundas mudanças.

Gerir o Estado com competência e honestidade, com os olhos voltados para o futuro.

Elegendo-se o Fisco como prioridade, ganha o governo um instrumento eficaz na solução dos graves problemas enfrentados pela sociedade. Investimentos na máquina fisco-arrecadadora resultará, sem dúvida alguma, em aumento da receita financeira.

Sr. Reni, grandes são as responsabilidades que Vossa Senhoria ora assume, frente à Direção da CRE.

Resgatar a dignidade e a auto-estima da Categoria Fiscal não é tarefa para um homem só, nem se conseguirá isso num pequeno lapso de tempo. A busca tem que ser incessante e incansável e o comprometimento da Categoria com as mudanças é indispensável.

Mas temos a convicção que Vossa Senhoria acha-se preparado para assumir o cargo, reúne os requisitos de liderança, competência técnica e administrativa, a postura e probidade que o momento exige.

Citando um grande-velho professor dos tempos da faculdade de Administração, este dizia "Gerenciar pessoas é descobrir talentos".

Lhe peço, Sr. Diretor, faça aflorar o talento dentre aqueles até aqui esquecidos.

A formação da equipe, baseando-se na competência, acima de outros interesses, resultará numa força capaz de resolver os grandes problemas da Instituição e de seus funcionários.

As Entidades Classistas, Sindicato e Associação, tem como objetivo defender os interesses dos filiados. Defesa essa que continuará firme e incansável. Juntamente com as cobranças, por melhorias salariais e de condições de trabalho, virá também o apoio da Classe ao desenvolvimento de seu plano de ação.

Estaremos sempre presentes, onde for necessário, para apoiar as boas causas em favor do engrandecimento da Instituição.

Desejamos muito sucesso a Vossa Senhoria, Sr. Diretor e a toda sua equipe.

MUITO OBRIGADO

O novo Governo x SAFITE e AFFEP

Dias antes das eleições para Governador, no ano passado, o então candidato JAIME LERNER, encaminhou à Categoria, também através do Sindicato, uma "Carta" de intenções em relação ao Fisco do Paraná, a qual foi encaminhada a todas as Comissões Sindicais para divulgação, através do Ofício SAFITE-060/94. Esse gesto, até então inédito, demonstrou o interesse e a importância da Classe Fazendária aos olhos do Candidato.

Ressaltamos que qualquer missiva de Candidatos, tanto a nível de Executivo, quanto do Legislativo, com propostas para a Categoria, seria encaminhada aos Agentes Fiscais, mas somente o Candidato JAIME LERNER o fez.

Logo logo soube-se do resultado das eleições, a qual alçou o Sr. JAIME LERNER, ao mais alto cargo do Executivo Paranaense, o Presidente do Sindicato, Roberto Aparecido Piekarczyk e o Presidente eleito da Associação Farnades dos Santos, elaboraram o Ofício SAFITE-064/94, encaminhando-o ao Eleito.

O objetivo do referido Ofício ao Governador Eleito era, além de parabenizá-lo pela eleição, mostrar a expectativa da Classe Fazendária do Paraná no seu Governo. Sabedores que somos da capacidade técnica e administrativa do Sr. JAIME LERNER, e face à "Carta" a nós encaminhada, muitas são as esperanças depositadas. Esperanças de resolvermos os grandes problemas que o Fisco enfrenta, quais sejam: 1) defasagem salarial; 2) definição de uma política salarial séria e justa, premiando a competência e o desenvolvimento profissional; 3) investimentos no Fisco, para melhorar as condições de trabalho; 4) incremento da arrecadação através de um planejamento de curto, médio e longo prazo para a fiscalização, com ênfase na prevenção; 5) abdição de receita financeira, através da revisão dos benefícios fiscais.

Entregue em mãos esse "documento", os Presidentes partiram para uma "via-sacra", aos políticos e técnicos que faziam parte do "conselho político" do Governador, responsáveis pela fase de transição e que formariam, não somente a nova equipe, como também, definiriam a filosofia de trabalho do novo Governo.

A tônica das conversas versaram tão somente a respeito da Instituição Fisco, pois com o fortalecimento da CRE., fortalecidos seremos todos. Fizemos ver aos interlocutores, que os recursos financeiros dispendidos ao Fisco, retornam através de um maior combate à sonegação, num melhor relacionamento Fisco-Contribuinte e uma melhora imediata da arrecadação.

A necessidade de uma reposição salarial imediata ficou clara aos nossos interlocutores, pois de nada adianta ser escolhida uma equipe competente com os melhores planos de trabalho, se não houver o comprometimento dos Agentes Fiscais na sua execução. Esse comprometimento hoje estaria muito prejudicado, face às dificuldades salariais a nós impostas nesses últimos anos, ou década.

Necessário, portanto, uma readequação salarial, uma revisão do novo plano de carreira que nos foi imposto, com a recuperação do últimos 06 (seis) anos sem promoção. Necessário uma nova visão administrativa, uma visão moderna, premiando a competência e o empenho, em desprezo ao clientelismo.

Enfim mostramos que existimos. Que a Coordenação da Receita do Estado existe; que a Classe Fiscal existe; que o Sindicato e a Associação existem. E que da nossa "existência" e "saúde", depende os investimentos que o Governo há de fazer na área social, para minimizar os graves problemas que nossos concidadãos enfrentam.

Publicamos a íntegra da missiva do Sr. Governador à categoria, bem como o ofício N. 064/94-SAFITE.

**JAIME LERNER**
GOVERNADOR

Amigo Funcionário:

O Paraná precisa trilhar Novos Caminhos. Um novo tempo onde o desenvolvimento econômico seja orientado para a geração de qualidade de vida para os paranaenses. E para implantarmos as mudanças que são necessárias, precisamos de um fisco eficaz e racional. Por isso vamos revisar os convênios de benefícios, que atualmente somam 74 itens. Queremos melhorar e construir novos postos fiscais, além de fazer a reestruturação da Coordenação da receita do Estado (CRE).

A implantação de novos mecanismos de fiscalização como o Banco de Dados de Notas Fiscais e a fiscalização seletiva por contribuinte e por assunto, vai trazer ganhos de eficiência ao fisco estadual. Para complementar estas ações, vamos intensificar os intercâmbios fisco-administrativos com os municípios do Paraná e com os outros estados do país.

Mas somente estas atividades não bastam. É preciso investir nos profissionais que, como você, são parte fundamental para o bom andamento das finanças públicas. Desta forma, o treinamento e formação de grupos de fiscalização especializados é prioridade, bem como resgatar o seu poder e imagem profissional, dando-lhe autonomia no desempenho do seu trabalho.

Também a implantação de um plano de carreira, com critérios bem definidos quanto a posição atual e futura do fiscal, vai trazer muitos avanços. Para o preenchimento de cargos na estrutura organizacional, serão utilizadas normas transparentes baseadas na competência, planejamento, organização, controle, direção e liderança fiscal, aproveitando o potencial do quadro de recursos humanos disponível. A aquisição de novos equipamentos para todos os setores vai dar instrumentos e instalações adequadas às necessidades operacionais do nosso fisco, garantindo a você a infra-estrutura que precisa para o desempenho do seu trabalho.

Para concretizar estes projetos, preciso do seu apoio. Não somente neste período eleitoral, mas principalmente após as eleições. Vamos trabalhar em parceria e fazer as modificações que o fisco estadual precisa, oferecendo a devida valorização aos seus profissionais.

Conto com você. Juntos vamos transformar o Paraná.

Jaime Lerner

*Sindicato dos Agentes Fiscais de Tributos Estaduais
do Estado do Paraná*

Registrado sob nº 5455 - Livro A - nº 4 do Registro Civil
das Pessoas Jurídicas - 2º Ofício
Curitiba - Paraná

OFÍCIO N. 064/94

Curitiba, 12 de outubro de 1.994.

Senhor Governador Eleito:

O **SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ** e a Diretoria eleita da **ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS FISCAIS DO ESTADO DO PARANÁ**, na qualidade de legítimos representantes dos Agentes Fiscais do Estado, vem a presença de Vossa Excelência parabenizá-lo pela eleição, em primeiro turno, ao mais alto cargo do Executivo Paranaense.

A eleição de Vossa Excelência representa, a nível político e administrativo, o rompimento do "status-quo" que imperava no Paraná a mais de uma década, refletindo a esperança do Povo paranaense em efetivas e profundas mudanças.

Motiva o presente a expectativa da família fazendária do Estado, em relação às ações que por certo serão tomadas, com a finalidade de tornar reais as proficuas idéias expressadas na campanha.

Neste momento, de importância ímpar na vida do Estado, a Classe Fazendária não poderia deixar de se manifestar favorável às propostas de seu plano de governo, constantes do "manifesto" endereçado à Categoria.

Elegendo-se o Fisco como prioridade, ganha o Governo um instrumento eficaz na busca de solução aos problemas que o Estado enfrenta. Urge investimentos na máquina fisco-arrecadadora que resultará, sem dúvida alguma, em melhoria da relação Fisco-Contribuinte e em aumento da receita financeira.

As ações devem objetivar mudanças, não só de regras, mas principalmente de comportamento. É necessário uma nova visão em relação ao Fisco, uma visão moderna, **premiando a competência em desprezo ao clientelismo.**

A busca dos recursos financeiros necessários à manutenção do Estado e ao desenvolvimento das políticas sociais, tem que ser incessante. Necessário uma revisão profunda na legislação tributária, nos métodos de fiscalização, nos benefícios fiscais e, principalmente, na vontade política de fazer as mudanças administrativas necessárias, objetivando uma profissionalização do corpo funcional do Fisco, para que este cumpra eficazmente sua função.

A valorização do Agente Fiscal, através da capacitação profissional, tem reflexo direto e imediato no combate à sonegação e no incremento da arrecadação.

O imobilismo atual do Fisco, traduz a política fiscal imperante, que nada tem a ver com os anseios da Classe. A mudança de visão é esperada, principalmente por aqueles que querem um Fisco ágil, dinâmico e eficaz e isso será possível, conhecedores que somos dos propósitos de Vossa Excelência,

A Classe Fiscal fica na expectativa das mudanças necessárias e se coloca à disposição para juntos, Governo e Funcionários, transformar a Instituição, trilhando novos caminhos, em busca de um tempo novo.

Roberto Ap. Piekarczyk
Presidente do Sindicato dos Fiscais
Fernades dos Santos
Presidente eleito da Associação dos Fiscais

Ao Exmo Sr.
Jaime Lerner
DD. Governador eleito do Paraná
Curitiba - Pr.

9º Conafisco

“Amazonas recebe o Brasil no 9º CONAFISCO”

A FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco, realizou nos dias 06 a 09 do mês de dezembro passado, na cidade de Manaus-AM. o 9º CONAFISCO -

Congresso Nacional do Fisco, com a participação de delegações de todos os Estados Brasileiros, reunindo perto de 600 Agentes Fiscais.

O congresso que se realiza a cada três anos, tem por objetivo a discussão de temas de vital importância para os Fiscos Estaduais, além de servir como encontro entre as pessoas envolvidas na representação classista, trocando idéias e analisando as peculiaridades regionais de cada Estado.

NO 9º CONAFISCO, foram discutidos os seguintes grandes temas, o quais se desdobraram em discussões pormenorizadas:

- Tema 1: Direito de Greve e Regulamentação, via lei complementar de matérias constitucionais;
- Tema 2: Sindicalização de Servidores e o Direito de Greve no Brasil.
- Tema 3: Guerra Fiscal e o CONFAZ;
- Tema 4: A experiência Brasileira de harmonização tributária e o CONFAZ;
- Tema 5: Gasto Fiscal e seus contornos na Ordem Jurídica Brasileira;
- Tema 6: Tributadoria Pública;
- Tema 7: Tributadoria como Órgão Autônomo;
- Tema 8: Ética Fiscal - propostas de combate à sonegação, fraudes e corrupção;
- Tema 9: Reforma Tributária;
- Tema 10: Tributação e Meio Ambiente na Reforma Tributária;
- Tema 11: Administração Tributária: Aspectos e Modelos de Organização - os contextos

brasileiros e internacional.

Além da discussão dos assuntos na Comissões Temáticas, tivemos durante um dia inteiro, um

sob a coordenação do Presidente eleito da AFFEP., Fernades dos Santos.

O Paraná esteve representado pelo nosso Sindicato, com uma delegação de 11 pessoas: Roberto Aparecido Piekarczyk, Presidente do Sindicato, Fernades dos Santos, Vice-Presidente do Sindicato e então Presidente eleito da AFFEP., Divaldo de Andrade, Vice-Presidente do Sindicato, Agenor Carvalho Dias, 2º Tesoureiro do Sindicato, Cleto Tamanini, membro do Conselho Fiscal do Sindicato Rildo José Ribaski Policeno, então Presidente da Comissão Sindical da 9ª DRR., João Manoel Delgado Lucena e



Divaldo Lucena, Agenor, Alair, Roberto, Petrônio - Ex-Pres. da FENAFISCO, Fernades, Cleto,

painel denominado "Sistema Tributário justo, simples e eficiente. Qual a Receita?", tendo como debatedores os Srs. Serafim Corrês, economista e Secretário da Fazenda de Manaus e o mestre tributarista Geraldo Ataliba, de São Paulo.

A apresentação dos Temas ficou a cargo dos Sindicatos de diversos Estados e após ampla discussão, com aceitação de propostas, foi levado a aprovação da Assembléia Geral, composta por todos os presentes ao Congresso.

As conclusões do Congresso serão enviadas a todos os Sindicatos presentes e posteriormente faremos a publicação dos assuntos de maior relevância para nós do Paraná.

A Delegação Paranaense teve uma participação efetiva no Congresso, influenciando decisivamente nos assuntos importantes. O tema "Ética Fiscal - Propostas de Combate à Sonegação, Fraudes e Corrupção", foi coordenado pelo Presidente do Sindicato, Roberto Aparecido Piekarczyk, e o tema "Administração Tributária: Aspectos e Modelos de Organização - os contextos brasileiro e internacional", ficou

Alair Teresinha de Souza Favoretto, representando a Administração da CRE., e os colegas Pedro Luiz de Paula Neto, aposentado, Ester Antonieta Viana Perfeito e Rosemary Saito, ambas de Londrina.

Vale a pena ressaltar que a Coordenação da Receita do Estado, na pessoa do seu Diretor, Sr. Aguiar Arantes, custeou as despesas dos Presidentes do Sindicato e da AFFEP., bem como dos representantes da Administração; os demais participantes o fizeram com recursos próprios com uma pequena ajuda do Sindicato. Além disso, os participantes, foram dispensados de suas atividades normais.

A participação em eventos da Categoria a nível nacional é necessária e reclamada pelos demais Estados. Não pode o Paraná ficar de fora das discussões que dizem respeito à nossa Classe. Temos que estar presentes, levando o nosso posicionamento, pois unidos chegará a hora de a nossa voz ser ouvida.

Tributadoria Pública

Instituição permanente do Estado

Santa Catarina sai na frente

O Estado deve cumprir o seu verdadeiro papel, qual seja, o de promover o bem comum, garantindo a toda a população o acesso à educação, saúde, justiça e segurança, condições mínimas necessárias para um Povo ser feliz, buscando progresso. Os Tributos são os meios que possibilitam ao Estado a arrecadação dos recursos financeiros necessários à sustentação desses encargos. A Administração Tributária, atividade vinculada do Estado, deve cobrar os tributos devidos com todo o rigor, de forma a inviabilizar a grande sonegação de impostos, pois pagar imposto não é opção do cidadão, mas sim um dever de contribuir para possibilitar a justiça tributária e, conseqüentemente, também a justiça social.

Foi com esse objetivo que o SINDIFISCO-SC., pioneiramente, apresentou um projeto para criação da "TRIBUTADORIA PÚBLICA" no Estado Catarinense. A tributadoria Pública, na proposta do SINDIFISCO-SC., será uma Instituição permanente do Estado e não de Governo, nos moldes do Ministério Público, que funcionará de forma independente do Poder Executivo, estando portanto, imune às sazonalidades dos governantes, tendo como função básica arrecadar os recursos financeiros para o Estado, zelando pela correta aplicação das Leis Tributárias, através da Fiscalização e promovendo a justiça fiscal.

A Tributadoria Pública pretende implementar um processo de melhoria do atual e frágil quadro brasileiro de arrecadação tributária, onde a excessiva concentração de renda, que se acumula cada vez mais em poucas mãos, faz com que poucos paguem muito e quase todos paguem pouco, ou nada paguem. Pretende-se ainda minimizar os fatores que contribuem para esse quadro caótico, entre os quais pode-se citar:

a) A renúncia de receita pelo Estado através de benefícios fiscais em favor de poderosos "grupos econômicos", com a desculpa de "atrair investimentos", gerando, por conseqüência, uma legislação complexa, incoerente, inadequada, com constantes alterações que dificultam sua aplicação e fiscalização;

b) Os Índices alarmantes de sonegação fiscal, cujas principais causas são: - a certeza da

impunidade; - complexidade da legislação; - benefícios injustificados que estimulam a sonegação aos setores não beneficiados; - reduzido quadro de fiscais; - falta de aparelhamento eficaz para prevenção e punição aos sonegadores; - lentidão nos processos administrativos fiscais e de execução fiscal; e falta de vontade política dos governantes para enfrentar o problema com seriedade; e.

c) A ineficiência administrativa, que se caracteriza por um quadro onde prevalece a prática do empirismo, em função da falta de planejamento, de atualização de técnicas de gerenciamento e de fiscalização, além de uma política de valorização profissional.

A proposta de criação da Tributadoria Pública em Santa Catarina, atualmente em discussão na Assembléia Legislativa daquele Estado e que já foi apresentada ao Conselho Deliberativo da FENAFISCO em Brasília-DF., foi construída a partir de princípios básicos, de forma que a Instituição seja independente e autônoma, com mecanismo de auto-controle de seus Membros, com carreira definida e baseada na hierarquia salarial e funcional, buscando a qualidade e profissionalização de seus titulares, para maior agilidade e eficiência do serviço prestado, objetivando sempre a promoção da Justiça Tributária.

Para que a Tributadoria Pública possa corrigir as distorções existentes no atual quadro tributário brasileiro, faz-se necessário que sejam contempladas várias diretrizes por ocasião de sua criação, quais sejam:

1) Estrutura Administrativa descentralizada, sem conflitos de competência, que possibilite uma administração moderna e eficaz;

2) Julgamento de contencioso administrativo-tributário, de forma ágil e eficaz, evitando o ingresso de reclamações e recursos meramente protelatórios;

3) Garantia de que os créditos tributários inscritos em dívida ativa sejam ajuizados e cobrados em curto espaço de tempo;

4) Gestão participativa;

5) Garantia de inspeção, orientação e controle das atividades funcionais e da conduta dos Membros da Tributadoria Pública, inclusive a correção e inspeção dos diversos órgãos e escalões da Instituição;

6) Investimentos em planejamento, pesquisa e análise econômica, assim como na fiscalização e arrecadação tributária;

7) Criação de um novo sistema de gerenciamento da fiscalização e da arrecadação, com a implementação de novas técnicas de fiscalização, para atuação em duas frentes: a preventiva e a punitiva;

8) Reformulação da legislação Tributária;

9) Quadro de pessoal com motivação e profissionalização;

10) Educação tributária da população, através da realização de cursos e palestras e da inclusão de matérias nos currículos escolares.

O projeto do SINDIFISCO-SC., propõe uma estrutura administrativa concebida a partir de critérios de racionalização, eficiência, agilidade e, principalmente, visando permitir que o poder de decisão esteja próximo do problema.

A estrutura proposta prevê quatro níveis de decisão: Conselho Superior, Tributador Geral, Diretorias e Gerência, além dos respectivos órgãos de assessoramento e controle.

Por fim, o SINDIFISCO-SC., autor do projeto de criação da Tributadoria Pública em Santa Catarina, que já foi objeto de discussão em seminário naquele Estado, poderá servir de modelo para implementação em outros Estados. Entende-se que o Estado Brasileiro, para exercer eficazmente sua função social, precisa de uma administração tributária eficiente e independente, com ações planejadas, firmes e livres de ingerências das mais diferentes ordens, tal como a Instituição da Tributadoria Pública, na forma proposta, pois o atingimento da justiça social e econômica pela população passa, necessariamente, pela efetiva contribuição compulsória do cidadão para a sociedade, que é feita através da cobrança justa e efetiva do tributo.

TRABALHO ELABORADO PELO SINDICATO DOS FISCAIS DA FAZENDA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. EXTRAÍDO DO "JORNAL DO 9º CONAFISCO".

Curtas do Sindicato

Visita aos novos dirigentes da SEFA

No dia 14 de janeiro do corrente, os Presidentes do Sindicato e da Associação, foram recebidos pelo Professor Miguel Salomão, novo secretário da Fazenda e, pelo Sr. Norton José Siqueira Silva, novo Diretor Geral da SEFA. A visita teve como objetivo um contato inicial com os novos dirigentes, ocasião que os Presidentes tiveram a oportunidade de fazer um relato da situação atual da Instituição e da Categoria, principalmente no que diz respeito a salário, promoções e condições de trabalho. A recepção foi muito cordial, onde ficou demonstrada boa vontade na solução dos problemas. Proximamente será agendada uma reunião de trabalho, já com o Diretor da C.R.E., para o aprofundamento da discussão dos assuntos de interesse da Categoria.

Sindicalização

A campanha de sindicalização desenvolvida a partir de fevereiro/94 foi um sucesso, apesar de paralizada no mês de novembro/94. De 285 filiados em dia com suas obrigações, fechamos o mês de janeiro/95 com 800. Resta ainda os novos AF-3 da última turma, em torno de 330 para se filiarem. A campanha será retomada tão logo encerrem as remoções. Parabéns às Comissões Sindicais e mãos à obra.

Atenção telefone novo

O Sindicato acaba de adquirir um linha telefônica de prefixo 225-7452, a qual foi paga à vista. O número 225-7791, é alugado e continuará instalado por um período, até que se assimile o novo número. O FAX continua no número 225-7791. Mais uma etapa vencida.

Patrimônio

A receita financeira, em virtude das sindicalizações, aumentou bastante e possibilitou, até este momento, a aquisição dos equipamentos necessários ao bom funcionamento do Sindicato. Foram adquiridos, dentre outros: móveis, facsímile, micro-computador 486, impressora desk jet 500-C, um automóvel Gol C1-1.8, ano 1994, uma linha telefônica, dentre outros bens (tudo pago e sem dívidas). Falta muito, mas chegaremos lá.

Advogado

O Sindicato está em negociação com a Associação, para a contratação de um advogado. A intenção é termos um advogado exclusivo, atendendo so sindicalizados e associados sem qualquer custo.

Ação judicial

Ajuizada a Ação das Promoções, decidida na última Assembléia do Sindicato, o Dr. Renato Kanayama, advogado contratado, deu entrada da petição inicial na 1ª Vara da Fazenda Pública do Estado, dezembro de 1994. Brevemente o Governo será citado. Trezentos e noventa e dois (392) Agentes Fiscais assinaram a procuração. É isso aí gente, direito não se joga debaixo do tapete, nem do topete.

Insalubridade

A Lei Estadual n. 10.692/93, regulamentou a percepção do adicional de Insalubridade, para as atividades exercidas com perigo à saúde. Brevemente faremos requerimento ao Secretário de Fazenda, pedindo o pagamento desse adicional. Estivemos com a Dra. Denise Bronfman, Chefe da divisão de Perícia Médica do Estado, a qual nos orientou sobre os procedimentos que serão adotados. Será feita uma perícia, pro profissionais da área, para a constatação da existência ou não de perigo à saúde. Caso positivo a gratificação será implantada. O Adicional, de acordo com o nível de insalubridade, pode variar de 10%, 20% ou 30% do vencimento inicial da tabela do Quadro Geral do Estado. É pouco, mas direito é direito e temos que exercê-lo.

Salário

Recebemos da FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco, a Tabela Salarial dos Fiscais de todo o Brasil. O Paraná, como é sabido, o 5º (quinto) Estado da Federação em importância econômica e arrecadação de impostos, remunera seus Agentes em 16º (décimo sexto) lugar para o início de carreira e 20º (vigésimo) lugar para o fim de carreira. Para o início de carreira o campeão é o Piauí que fica em segundo lugar no fim de carreira. Nordeste maravilha.

Vice Governadora

O presidente do SAFITE e da AFFEP, foram recebidos em audiência pela Vice-Governadora Emilia Belinati, para tratar de assuntos pertinentes à Categoria. Na ocasião a mesma demonstrou grande interesse e conhecimento dos assuntos do Fisco. Esperamos que no futuro, esse interesse resulte em ações concretas a favor do engrandecimento da Instituição.

Deputados

O Sindicato enviou Ofício a todos os Deputados Estaduais e Federais recém eleitos, parabenizando-os pela eleição, desejando-lhes muito sucesso e pedindo apoio às nossas causas. Esse trabalho teve início no ano passado, quando da tramitação do projeto de lei das 1.200 quotas.

Pedrão

Está de parabéns o colega Pedro Luiz de Paula Neto, o "Pedrão", pela expressiva votação que obteve para Deputado Estadual, nas últimas eleições. Quase 9.000 (nove mil) eleitores cravaram "x" no número 11.133.

SAFITE X AFFEP

União dos interesses e desempenho conjunto é o que prometem os Presidentes do SAFITE e da AFFEP, em prol da Categoria. Para tratar de qualquer assunto relativamente à Classe, a Administração terá que ouvir os dois Presidentes juntos. Unidos a força triplica.

FENAFISCO

A FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco, era uma entidade que congregava as Associações de Fiscais de todo o Brasil. Com o advento da Constituição de 1988, transformou-se numa entidade representativa dos Sindicatos. Tem sede em Brasília-DF, e recentemente teve eleito seu novo Presidente, o colega José Antonio Pinto de Lima, de São Paulo. O SAFITE é filiado da FENAFISCO e recentemente quitou todos os débitos para com a mesma, estando rigorosamente em dia com as obrigações financeiras, podendo retornar a participar de todos os eventos, com direito a voz e voto.

Santa Catarina

Não bastasse o Governador eleito de Santa Catarina, Paulo Afonso, ser Agente Fiscal de carreira, foram eleitos Gilmar Knaesel, para Deputado Estadual e Pizollati, para a Câmara Federal. E não é só. Milton Martini foi escolhido Secretário de Estado da Comunicação Social; Fernando Ferreira de Melo é o Presidente do BESC; Oscar Falk foi escolhido Secretário Adjunto da Fazenda; Paulo Tatim, como Diretor Financeiro da CELESC; e o colega Renato Luiz Hinning, foi escolhido Diretor da Receita. O colega Hinning ao ser convidado para o posto, ocupava a Presidência do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Dessa forma o projeto de criação da "Tributadoria Pública" emplaca. Parabéns Catarinenses e que isso sirva de exemplo a todos nós. A Direção da Instituição tem que estar nas mãos de quem a conhece.

ECCO/SALVA

Para os colegas de Curitiba, o Sindicato fez um convênio com a ECCO/SALVA - Emergências Médicas. Está sendo estudada a possibilidade de repassar esse convênio à Associação, pois é de sua alçada. Aguardem.

Comunicado à classe fiscal

Tendo em vista que alguns descontos do redutor de salários iniciaram em janeiro de 1990, alertamos aos associados da AFFEP, o fato de que os mesmos começarão a prescrever a partir de janeiro de 1995.

Outrossim, cumpre-nos informar que os associados que ingressaram na justiça não serão prejudicados pela figura da prescrição, já que os seus direitos estão garantidos. Quanto aos colegas que ainda não entraram na justiça, os mesmos deverão entrar em contato com o Departamento Jurídico da AFFEP pelo telefone (041) 223-7414, após as 16:00 horas.

Atenciosamente,

MÁRIO GROTT
Presidente

Eventos

O departamento Social da AFFEP está, promovendo vários eventos em benefício dos associados. Comunique-se conosco, inteirando-se das promoções, tais como cursos, jantares dançantes, excursões, pic-nics, etc. Encaminhem sugestões, que serão bem aceitas.

Treinamento - Um ano de muitas realizações

1994 foi um ano marcado por muitas atividades na área de treinamento. O CENPRE canalizou seus esforços na consecução de três grandes objetivos:

- treinar 360 novos Agentes Fiscais;
- treinar, visando a promoção, aproximadamente 700 Agentes Fiscais;
- preparar um corpo gerencial, com ênfase nas habilidades de gerenciamento de Recursos Humanos - O lado humano da qualidade.

Em tempos de Qualidade Total, o CENPRE traduz em números o enorme esforço desenvolvido neste ano. Abaixo, as principais tarefas desempenhadas:

EVENTO	PARTICIPANTES
CURSO: FORMAÇÃO DE INSTRUTORES	20
CURSO: SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA	30
CURSO: FORMAÇÃO DE AGENTE FISCAL-3	360
CURSO: GERÊNCIA	220
CURSO: QUALIDADE TOTAL	60
CURSO: ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	125
CURSO: PORTUGUÊS	100
CURSO: MATEMÁTICA	80
CURSO: FORMAÇÃO DE AGENTE FISCAL-2	23
CURSO: INFORMÁTICA	55
DEBATE: AGÊNCIA DE RENDAS NOVOS RUMOS	22
PALESTRA: ASPECTOS HUMANOS DA QUALIDADE	280

Total de Agentes Fiscais treinados em 94: 1073

Nos resultados obtidos está a marca da dedicação e profissionalismo de muitos colegas. Nesse momento agradeço a participação e colaboração de todos esses profissionais e em especial aos funcionários deste Centro de Treinamento: ALMIR IGNEZ M. DE SOUZA, LÚCIA MARA J. VALENTE, MARIA TEREZA GUIMARÃES, MAURO SÉRGIO MICHIELIN e NEIVA RIBAS M. DA SILVA. Não poderíamos deixar de mencionar o relevante e decisivo apoio que recebemos da Diretoria da CRE, da AFFEP e do IPARDES

A TODOS MUITO OBRIGADO!!

ALMIR SILVA

Reforma Constitucional

O Presidente do Sindicato, Roberto Aparecido Piekarczyk e o Presidente da AFFEP, Fernandes dos Santos, estão mantendo contatos permanentes com a FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco, com sede em Brasília, a respeito da Reforma Constitucional que será encaminhada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

Alguns itens da Reforma são preocupantes, pois atingem diretamente os Agentes Fiscais, ativos e inativos. Os pontos de maior interesse, não só do Fisco do Paraná, como de todo o Brasil, diz respeito a:

1 - Reforma Tributária; 2 - Estabilidade do Funcionário Público; 3 - Tempo para aposentadoria; 4 - Vinculação salarial do aposentado ao ativo; 5 - Direito de Greve no Funcionalismo Público.

São temas da maior importância que serão discutidos no âmbito do Congresso Nacional e para isso temos que exercer o direito de participar das discussões e apresentando propostas para solução. A FENAFISCO já tem posição firmada sobre esses assuntos e tudo fará para que nossa voz seja ouvida.

A luta será árdua, pois existem setores do Governo interessados em proceder um retrocesso nas poucas conquistas da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito à Previdência Social.

Os dois Presidentes estarão em Brasília, nos dias 06 a 09 de março, participando de reunião do Conselho Deliberativo da FENAFISCO, onde discutirão, entre outros temas, principalmente essas questões.

Nessa reunião será empossado o novo Presidente da FENAFISCO, Sr. José Antonio Pinto de Lima, Fiscal de Rendas do Estado de São Paulo, eleito no Congresso do Fisco Brasileiro, realizado em Manaus-AM, em dezembro passado.

Oportunamente será repassado aos colegas o resultado dessa reunião, bem como as medidas e estratégias que serão adotadas para fazer frente a eventuais objetivos escusos inseridos na

Reforma Constitucional.

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS EM ESTUDO NA PREVIDENCIA

Aposentadoria integral

Será concedida para quem completar 58 ou 60 anos de idade e tiver contribuído durante 38 ou 40 anos. Quem atingir o tempo mínimo de contribuição poderá requerer o benefício integral antes dos 60 anos. Hoje, o benefício é integral para o homem, com 35 anos de contribuição, e para mulher com 30 anos. Quem cumprir essa condição antes das mudanças terá o direito respeitado.

Aposentadoria proporcional

Quem completar 60 anos de idade sem ter o número de contribuição exigido para requerer a aposentadoria integral poderá optar por um benefício proporcional, desde que tenha pago um número mínimo de contribuições. A aposentadoria proporcional por tempo de serviço, paga hoje para o homem com 30 anos de trabalho ou para a mulher com 25 anos de serviço, deixa de existir.

Renda mínima

O segurado com idade entre 70 e 75 anos sem o tempo mínimo de contribuição terá direito a uma renda mínima. Atualmente, toda pessoa com 70 anos ou mais que contribuiu pelo menos 12 meses tem direito à renda mensal vitalícia (um salário mínimo), desde que não possa se manter sozinha.

Aposentadoria especial

A aposentadoria com menor tempo de serviço será concedida por atividade e não mais por categoria. Deverá ser mantida somente para as atividades que afetem, de fato, a saúde do trabalhador. A aposentadoria especial concedida por lei, como a dos professores e jornalistas,

deverá ser extinta.

Aposentadoria por idade

Só será concedida para quem completar 60 anos, desde que tenha feito o recolhimento durante o novo tempo mínimo de contribuição. O valor será proporcional ao período de recolhimento.

Aposentadoria rural

Os trabalhadores vão ter de se enquadrar nas novas condições: 58 ou 60 anos de idade e 38 ou 40 de contribuição.

Acidente de trabalho

Uma hipótese é a indenização e as despesas de tratamento ficarem a cargo de seguradora contratada pela empresa. A indenização e o benefício deverão ser pagos independentemente de o acidente ter ocorrido no trabalho, no percurso para o serviço ou fora do ambiente de trabalho. No caso de seqüelas, o percentual de cálculo da indenização deverá ser fixo, provavelmente 50% do valor total. Atualmente, ele varia conforme a atividade e grau da incapacidade.

Funcionários Públicos

Poderão ir para o regime geral de Previdência, com distinção no cálculo do benefício inicial em relação aos demais trabalhadores ou sem essa distinção, mas com aposentadoria complementar.

Seguro atual

As aposentadorias já concedidas não serão alteradas. Melhoria do benefício depende de equilíbrio das contas da Previdência.

Quando o homem vai se aposentar

Benefício do homem na transição

Regime atual 35 anos de contrib.			Novo regime 40 anos de contrib.	
Nº de anos já contrib.	Nº de anos que faltaria	Tempo total a ser comprovado (anos e meses)	O que falta contribuir (anos e meses)	Acrésimo (anos e meses) 4a.10m.
1	34	39a.10m.	39a.10m.	4a.9m.
2	33	39a.9m.	37a.9m.	4a.7m.
3	32	39a.7m.	36a.7m.	4a.5m.
4	31	39a.5m.	35a.5m.	4a.3m.
5	30	39a.3m.	34a.3m.	4a.2m.
6	29	39a.2m.	33a.2m.	4 anos
7	28	39 anos	32 anos	3a.10m.
8	27	38a.10m.	30a.10m.	3a.9m.
9	26	38a.9m.	29a.9m.	3a.7m.
10	25	38a.7m.	28a.7m.	3a.5m.
11	24	38a.5m.	27a.5m.	3a.3m.
12	23	38a.3m.	26a.3m.	3a.2m.
13	22	38a.2m.	25a.2m.	3 anos
14	21	38 anos	24 anos	2a.10m.
15	20	37a.10m.	22a.10m.	2a.9m.
16	19	37a.9m.	21a.9m.	2a.7m.
17	18	37a.7m.	20a.7m.	2a.5m.
18	17	37a.5m.	19a.5m.	2a.3m.
19	16	37a.3m.	18a.3m.	2a.2m.
20	15	37a.2m.	17a.2m.	2 anos
21	14	37 anos	16 anos	1a.10m.
22	13	36a.10m.	14a.10m.	1a.9m.
23	12	36a.9m.	13a.9m.	1a.7m.
24	11	36a.7m.	12a.7m.	1a.5m.
25	10	36a.5m.	11a.5m.	1a.3m.
26	9	36a.3m.	10a.3m.	1a.2m.
27	8	36a.2m.	9a.2m.	1 anos
28	7	36 anos	8 anos	10 meses
29	6	35a.10m.	6a.10m.	9 meses
30	5	35a.9m.	5a.9m.	7 meses
31	4	35a.7m.	4a.7m.	5 meses
32	3	35a.5m.	3a.5m.	3 meses
33	2	35a.3m.	2a.3m.	2 meses
34	1	35a.2m.	1a.2m.	
35		35 anos		

Quando a mulher vai se aposentar

Benefício da mulher na transição

Regime atual 30 anos de contrib.			Novo regime 40 anos de contrib.	
Nº de anos já contrib.	Nº de anos que faltariam	Tempo total a ser comprovado (anos e meses)	O que falta contribuir (anos e meses)	Acrésimo (anos e meses)
1	29	39a. e 8m.	38a. e 8m.	9a. e 8m.
2	28	39a. e 4m.	37a. e 4m.	9a. e 4m.
3	27	39 anos	36 anos	9 anos
4	26	38a. e 8m.	34a. e 8m.	8a. e 8m.
5	25	38a. e 4m.	33a. e 4m.	8a. e 4m.
6	24	38 anos	32 anos	8 anos
7	23	37a. e 8 m.	30a. e 8m.	7a. e 8m.
8	22	37a. e 4m.	29a. e 4m.	7a. e 4m.
9	21	37 anos	28 anos	7 anos
10	20	36a. e 8m.	26a. e 8m.	6a. e 8m.
11	19	36a. e 4m.	25a. e 4m.	6a. e 4m.
12	18	36 anos	24 anos	6 anos
13	17	35a. e 8m.	22a. e 8m.	5a. e 8m.
14	16	35a. e 4m.	21a. e 4m.	5a. e 4m.
15	15	35 anos	20 anos	5 anos
16	14	34a. e 8m.	18a. e 8m.	4a. e 8m.
17	13	34a. e 4m.	17a. e 4m.	4a. e 4m.
18	12	34 anos	16 anos	4 anos
19	11	33a. e 8m.	14a. e 8m.	3a. e 8m.
20	10	33a. e 4m.	13a. e 4m.	3a. e 4m.
21	09	33 anos	12 anos	3 anos
22	08	32a. e 8m.	10a. e 8m.	2a. e 8m.
23	07	32a. e 4m.	9a. e 4m.	2a. e 4m.
24	06	32 anos	8 anos	2 anos
25	05	31a. e 8m.	6a. e 8m.	1a. e 8m.
26	04	31a. e 4m.	5a. e 4m.	1a. e 4m.
27	03	31 anos	4 anos	12 m.
28	02	30a. e 8m.	2a. e 8m.	8 m.
29	01	30a. e 4m.	1a. e 4m.	4 m.
30		30 anos		

RAZÕES DA SONEGAÇÃO

No mês de abril de 1994, nos deparamos com uma matéria, publicada na "Folha de Londrina", que, em certos aspectos, era ofensiva à Classe Fiscal. Recebemos telefonemas de todo o Estado, cobrando uma posição do SAFITE. À época o Presidente do SAFITE se encontrava na cidade de Maringá e, juntamente com os Membros da Comissão Sindical, foi elaborada a matéria, a seguir transcrita, respondendo aos problemas levantados, numa visão macro e sem paixões. Resultou portanto, numa radiografia da Instituição, seus defeitos e suas qualidades e o assunto é tão atual, que vale a pena relembrar.

O Brasil vive um momento de mudanças, não somente de regras, mas de comportamento. Os poderes constituídos não conseguem mais esconder sua mazelas e o povo sofre. Faltam moradia, transporte, saúde, educação, comida, emprego, tudo enfim. Nessa situação de miserabilidade é que a atuação do governo se prioriza. Tem que atuar nas áreas de carência e para isso necessita de captação de impostos.

A desculpa dos governos para não exercer adequadamente sua função social é a falta de recursos financeiros. Discute-se mesquinhas, quando o centro da questão está na má formulação e aplicação das leis tributárias. A dinâmica da administração tributária está afeta à sazonalidade das tendências políticas dos administradores. Tal sazonalidade é saudável ao regime democrático, mas dispensável nas atividades tributárias.

A administração tributária é uma atividade de Estado e não de Governo. Daí porque deva ficar protegida com relação às conveniências circunstanciais dos governantes. Estima-se que, para cada cruzeiro arrecadado em impostos no Brasil outro é sonegado. Existem estudos concluindo que, se todos pagassem seus impostos, as alíquotas poderiam ser reduzidas à metade que não haveria redução de receita. No Paraná a arrecadação e fiscalização de impostos estaduais acham-se relegadas a segundo plano.

O Estado se mantém à custa daqueles que pagam pontual e religiosa-

mente seus tributos, enquanto a máquina Fisco-arrecadadora não dispõe de recursos humanos e materiais para ir em busca de todos aqueles que sonegam. Existem ainda aqueles que não pagam seus impostos amparados na legislação. São as isenções e outros benefícios fiscais. Inúmeros são os motivos da sonegação e da baixa arrecadação de tributos, mas atribuí-la somente ao desempenho dos agentes fiscais é desconhecer a realidade tributária vigente. Alguns fatores, se solucionados melhorariam muito o quadro atual.

Benefícios fiscais - No Governo Roberto Requião concederam-se diversos benefícios fiscais que, apesar da tentativa de alavancar a economia do Estado, redundaram em diminuição da receita corrente, ou sejam: "Isenção de ICMS para 90 mil empresas; redução de alíquota para 7% dos produtos de cesta básica; não incidência nos acréscimos financeiros nas vendas

a consumidor final: redução de 50% no ICMS dos insumos agrícolas; diminuição da carga tributária dos tratores e máquinas agrícolas; isenção dos materiais utilizados na construção de materiais de baixa renda, etc. Não se questiona a decisão política desses benefícios. Discutimos a queda da arrecadação de tributos, e o governo tem que assumi-la como de sua responsabilidade.

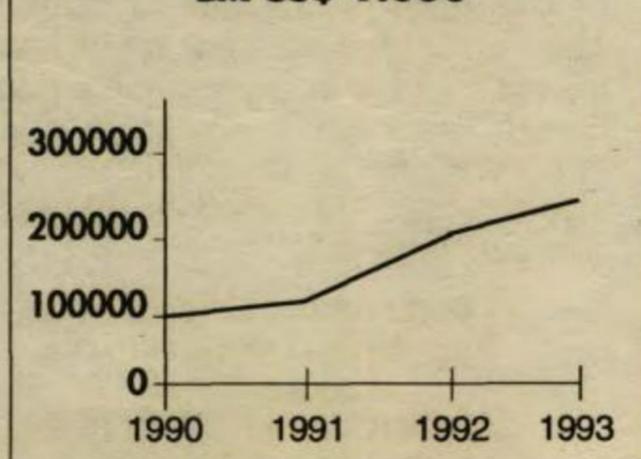
Recursos humanos - O número de contribuintes no Estado em 1985 era de 93.600 e em 1993 de 163.900, enquanto o número de agentes fiscais na ativa caiu de 1.400 para 754 nesse mesmo período. Está provado que a presença do agente fiscal junto ao contribuinte é fator inibidor da sonegação. Apesar dessa situação calamitosa em relação a recursos humanos, a Receita Estadual no Paraná, nos últimos quatro anos, teve um desempenho extraordinário, indo além de sua capacidade, graças ao profissionalismo de seus integrantes, conforme demonstram os quadros em anexo.

Período de apuração do imposto - Devido à hiperinflação, o ingresso do ICMS nos cofres do Governo sofre uma perda significativa, pois o intervalo entre o fato gerador e o efetivo pagamento pode chegar a 30 dias. Existem Estados em que esse intervalo é reduzido pela aplicação decencial de apuração e recolhimento.

Recursos materiais - Órgão que capta recursos para manutenção da máquina administrativa do governo, o Fisco sofre na pele a falta de investi-

MULTAS APLICADAS

EM US\$ 1.000



mentos. Existem deficiências em todas as áreas de atuação, principalmente em relação a:

Informática - Enquanto os contribuintes investem maciçamente no desenvolvimento da informática, o Fisco perde o "bonde" da história, utilizando equipamentos obsoletos e escassos.

Estrutura física - Os postos fiscais de divisa do Estado acham-se em precárias condições de utilização. Em alguns casos deveriam ser interditadas as instalações, pela falta total de segurança e higiene. Alguns deles ameaçam desabar. Em algumas delegacias da Receita uma mesa é dividida por dois ou três agentes fiscais. Esses são alguns exemplos críticos, mas existem outros igualmente deficitários.

Remuneração - O Paraná, destaque ser o quinto maior Estado do país em riqueza e arrecadação de tributos, remunera os funcionários do Fisco Estadual em 24º lugar, à frente apenas de Tocantins e Espírito Santo. Esses dados foram fornecidos pela Federação Nacional do Fisco - Fenafisco. Esse descaso com os agentes do Fisco se estende para todas as categorias do funcionalismo público estadual. Esquecem os administradores que as ações de Governo se implantam através de seus funcionários. O governo remunera mal e não cobra resultados. O servidor ganha insuficiente e produz menos. A valorização do agente fiscal, através da remuneração e capacitação profissional, tem reflexo direto e imediato no incremento da arrecadação e no combate à sonegação. Exemplo disso é o que está ocorrendo na Receita Federal,

onde em 1,985 os auditores recebiam um salário inferior ao dos agentes fiscais do Paraná e hoje, com a reestruturação do órgão, recebem três vezes mais. Diante dessa situação, os melhores técnicos da Receita Estadual estão à busca de novas alternativas de emprego. Inclusive prestando concurso para a Receita Federal e outros órgãos. Quem perde com isso não são os administradores, mas o Estado.

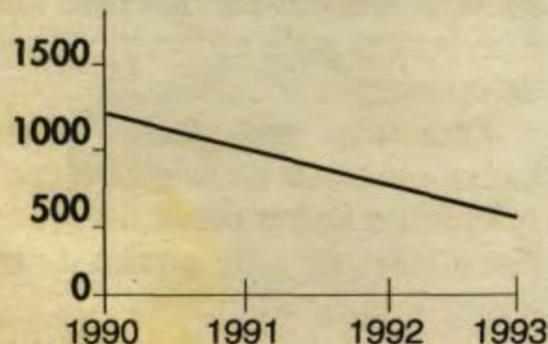
Existem problemas na Receita Estadual sim, mas não são privilégios só seus. Em qualquer organização, mesmo na iniciativa privada, problemas existem. O que as diferencia do setor público é a agilidade e a vontade de busca de soluções. O processo corruptivo que, infelizmente, se generaliza no País, assedia também alguns agentes fiscais. A própria instituição Fisco, quando necessário, apura a conduta de seus integrantes que, devendo, são punidos e imediatamente afastados. Porém, a Coordenação da Receita do Estado é um dos únicos órgãos públicos do Estado, quiçá do País, que tem a grandeza para fazer essa auto-crítica.

O que não podemos concordar é que problemas localizados atinjam toda uma categoria, que é séria e conta com profissionais altamente capacitados com consciência da importância e finalidade de sua função. O que não se pode é mostrar apenas as consequências dos problemas e sim mostrar, também, razões para as atitudes, sob pena de a discussão cair no infeliz campo da pessoalidade e paixão.

O cerne da questão está na falta de os Governos priorizarem a máquina Fisco-arrecadadora, com investimentos em políticas de pessoal e reequipamento, para que a categoria possa concorrer em pé de igualdade com aqueles que, por razões diversas, sonegam impostos.

Roberto Aparecido Piekarczyk
Presidente do Sindicato dos
Agentes Fiscais
de Tributos Estaduais do Paraná
Fernandes dos Santos
Vice-presidente

AGENTES FISCAIS UTILIZADOS



NOVIDADES Freezer Point PARA SUA LAVANDERIA

Sapata Anti-Brilho - usada no ferro de passar não deixa marcas e brilhos nos tecidos.

Escovas - para tirar pelos e bolinhas das roupas.

Almofadas - para passar ombros e camisas ou blazers.

Tábuas - para passar mangas, punhos e colarinhos.

Lavinnox - para limpar pratas e cristais.

E mais 1000 artigos para sua cozinha.

Rua Angelo Sampaio, 1816 -
Fone (041) 223-1109

MAYRLLA

Comércio de Móveis Ltda.

Temos para você

- os melhores preços
- as melhores marcas
- e a melhor qualidade em móveis que você procura para sua casa

Confira!!!

Rua Mal Floriano Peixoto, 6240
Fone: 276-6926 - Vila Hauer
CEP 81630-000 - Curitiba - Paraná

Um pouco da nossa história

Mais um capítulo sobre o ex-Imposto de Vendas e Consignações-IVC (na edição de junho de 92 o Notifisco já publicou matéria sobre o assunto), sua aplicabilidade e importância no passado, hoje é inserido nessas páginas para conhecimento dos leitores, dos pesquisadores, curiosos e interessados no assunto, principalmente dos comerciantes e dos próprios fiscais que viveram essa fase do fisco-arrecadador do Estado.

De início nos referimos às estampilhas do IVC que era a base para a principal fonte de arrecadação do Estado do Paraná e outros Estados da União, até o ano de 1967, quando o fato gerador passou a ser o imposto de Circulação de Mercadorias, hoje ICMS.

Essas estampilhas eram aplicadas em todos os recolhimentos do IVC, aos cofres públicos, sempre que houvesse compras de mercadorias, em certos casos e vendas de forma em geral.

Os documentos em impressos usados, para a arrecadação desse importante tributo na vida dos Estados, eram "Guias Especiais", duplicatas, Vendas a vista e Compras, modelo "6".

No caso do uso de guias especiais, verificava-se sempre que acontecesse a cobrança de imposto sonegado, apurado em levantamento físico-contábil, através da chamada ficha de cadastro.

Ainda pelas guias especiais cobrava-se o IVC em estampilhas que eram coladas à margem dessa mesma guia, nos casos de vendas de mercadorias por ambulantes, vendas por comerciantes não inscritos regularmente, sobre compras de não comerciantes e sobre compras e vendas de produtores.

Uma simples folha de papel, que era a guia especial, impresso confeccionado em cinco vias, das quais apenas a via destinada aos contribuintes era selada, tinha valor significativo, que se perdida ou extraviada causaria sérios transtornos ao pagador responsável.

A aplicação desse selo no livro

Vendas a Vista era mais seguro e no caso só era permitido ao comerciante regularmente escrito, onde recebia determinado número, com o fornecimento do chamado Cartão de Inscrição, que era ainda mais valorizado com a aplicação de um selo adesivo, também já extinto.

As quinzenas do livro vendas a vista, eram somadas de acordo com o impresso no livro, quinzenalmente e sobre o total era feito o cálculo para o recolhimento do IVC, cuja alíquota era de 4,5% em 1942, sujeito a elevação de acordo com a vontade e decisão governamental através de lei.

As estampilhas eram aplicadas nas próprias folhas das quinzenas, sendo que no caso de recolhimento com atraso, mais de quinze dias, era aplicado a multa de 10%, pago também em selos.

Os selos aplicados nos livros Vendas a Vista, ou compras modelo "6", eram obrigatoriamente inutilizados, com data abreviada e por extenso, do dia, mês e ano e ainda com a assinatura do contribuinte.

As guias de aquisição de estampilhas eram registradas em livro próprio e servia para o controle e verificação da compra.

O livro de compras modelo "6", usado para o registro de compras de não comerciantes ou produtores, aplicava-se a mesma regra do livro Vendas a Vista, sendo quinzenalmente o registro ou recolhimento do IVC em selos.

A fiscalização ao examinar o conjunto de livros fiscais, já referidos atrás e mais o livro de compras modelo "10", onde eram registradas todas as aquisições de mercadorias com notas fiscais, para fins de levantamento e conclusão fiscal, de forma periódica ou obrigatória no caso de "Baixas" - encerramento de firmas, se atinha a tudo mas de modo especial, com muito cuidado no exame das estampilhas para confirmação de sua autenticidade e origem, afim de evitar fraudes e outras irregularidades, como o

uso indevido de estampilhas usadas de livros Vendas a Vista encerrados ou adquiridos sem guias de forma clandestina. Qualquer descuido nesse sentido por parte do físico, resultaria em prejuízos aos cofres públicos.

Dois órgãos controlavam a arrecadação e fiscalização de rendas do Estado, que funcionava separadamente, apesar de serem unidas no serviço, os Departamentos de Arrecadação de Rendas (DFR), sendo que ambos eram dirigidos por diretores distintos, ocupantes de cargos comissionados e subordinados à Secretaria da Fazenda, que era instalada na Rua Dr. Muricy, esquina da rua Carlos de Carvalho, cujo casarão existe até hoje.

revenda das estampilhas do IVC, através de suas subordinadas, as Coletorias ou Recebedorias, que supriam-se do tesouro do Estado, que as imprimia. Ainda a esse órgão arrecadador cabia o fornecimento de inscrição aos contribuintes, abertura dos livros fiscais, a arrecadação de todos os contribuintes existentes, contabilização e recolhimento ao Tesouro do Estado, etc.

Ao DFR cabia a tarefa de fiscalização sobre o recolhimento de todos os impostos e taxas do Estado, para evitar a sonegação e evasão de rendas, cujo serviço era feito pelos fiscais lotados nas agências, distritos, inspetorias, postos fiscais de fronteiras, além da agência fiscal de Santos, que contribuía para o intercâmbio do Estado de São Paulo com o Paraná, na troca de documentos fiscais, de relevante importância para os dois Estados.

Se oportunidade e interesse houver, com o acervo que possuímos a respeito, voltaremos ao assunto, evocando passagens reais, interessantes e curiosas na vida do fisco-arrecadador do Estado, no passado.

CENPRE promove palestra sobre aspectos humanos de qualidade

O homem tratado como ser humano normal, sem superpoderes. Esta foi uma das questões analisadas pelo professor Roberto Palominos Ariola, durante a palestra que proferiu no início de novembro, sobre "Aspectos Humanos da Qualidade", promovida pelo CENPRE - Centro de Treinamento do Pessoal da Receita do Estado -. Este evento integra o projeto de melhoria de qualidade que está sendo desenvolvido pelo Governo Mário Pereira.

Existe hoje uma conscientização no serviço público estadual quanto à necessidade de melhoria da qualidade, pois a população, que paga os impostos, tem o direito de receber um serviço de qualidade. Iniciativas deste porte mostram que já estão em andamento algumas ações que visam a valorização do trabalho do servidor público, aprimorando sua capacitação e qualidade de desempenho de suas tarefas.

Roberto Palomino Ariola é graduado em direito e administração de empresas no Chile, com pós-graduação em sociologia industrial, pela PUC do Rio de Janeiro. Mora no Rio Grande do Sul, onde atua como diretor de recursos humanos da EFFEM



Produtos Alimentícios, e é também professor dos cursos de pós-graduação de recursos humanos, qualidade e estratégia empresarial.

Com apoio do Banestado, Coordenação da Receita do Estado, Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná, e IPARDES, o professor Palominos, que já viajou o Brasil percorrendo sobre o tema "Qualidade", movimentou uma platéia que lotou o Auditório do Edifício Castelo Branco com suas colocações e questionamento a respeito do assunto.

Participaram do encontro funcionários da Receita Estadual, Receita Federal, COPEL, Telepar, Secretaria de Administração, IPARDES e SENAC.

MUDANÇA

Qualidade para o professor Palominos é uma mudança de comportamento, uma mudança de atitude e de tratamento em relação ao ser humano. "Essa mudança não ocorre, no entanto, da noite para o dia."

O assunto não é moderno, explica Palominos, ele data da antigüidade. A primeira manifestação de qualidade está na própria Bíblia, em Gêneses, em que o Senhor fez o mundo

bem em seis dias e no sétimo descansou. A palavra bem reflete qualidade.

Há necessidade de lideranças para a melhoria da qualidade no serviço público, salientou o professor, afirmando que não são decretos ou leis que atuam diretamente na implementação e sim o que ele chama de "ilhas de excelência", um sistema de qualidade em pequenas áreas.

"A tarefa não é fácil," ressaltou, "mas com determinação os objetivos são atingidos. A mudança de comportamento exige tempo e paciência, exige visão e ação."